

Resenha: Sociedade civil internacional, organizações internacionais e Gramsci

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

MURPHY, N. Craig: *INTERNATIONAL ORGANIZATION AND INDUSTRIAL CHANGE*. Global Governance since 1850, Cambridge: Polity Press, 1994.

A aplicação de conceitos de Antonio Gramsci ao cenário internacional, os estudos relacionados ao desenvolvimento, às desigualdades globais e às organizações internacionais são alguns dos temas de pesquisa do Professor Craig N. Murphy, vinculado à Universidade Massachusetts Boston. O único texto do autor traduzido no Brasil foi escrito a quatro mãos com o falecido diplomata italiano de carreira Enrico Augelli (AUGELLI & MURPHY, 2007) e versa sobre uma interpretação de conceitos gramscianos voltados aos Estados Unidos e sua política exterior recente com o Terceiro Mundo. Faz parte de uma coletânea reunida por Stephen Gill (GILL, 2007) dedicada a análises que têm como tema articulador o pensamento de Gramsci e as relações internacionais. Apresentar e avaliar criticamente o livro de Murphy informado acima é o objetivo deste texto.

Debruçando-se sobre o livro em pauta nesta resenha (MURPHY, 1994) dedicado à temática das organizações internacionais, é possível identificar um traço diferenciador em relação a algumas obras voltadas ao assunto (BARKIN, 2006; HERZ & HOFFMANN, 2004; SEITENFUS, 2012). Enquanto as últimas enfatizam uma abordagem tradicional, fortemente ancorada nos aspectos formais, jurídicos e de retrospecto meramente institucional de tais organizações, o esforço de Murphy é a elaboração de sua contextualização histórica a partir das distintas visões de mundo e das forças sociais de cada período. Esta é a tônica identificadora das três periodizações das organizações internacionais desde 1850: as Uniões Internacionais (1850-1914), a Liga das Nações (1914-1945) e a ONU (de 1945 em diante). Um conceito central que perpassa tais diferentes períodos é o de uma governança global, um conjunto de arranjos, regras formais e informais, agendas, organizações, instituições, idéias que orientam o plano internacional sem a existência de um governo ou poder centralizado.

O primeiro período delimitado por Murphy,

aquele das Uniões Internacionais (1850-1914), foi marcado por uma visão liberal e kantiana de mundo. A crença de que o desenvolvimento do comércio internacional aprofundaria a paz e a cooperação, sem perder de vista a busca dos interesses das burguesias nacionais, os interesses dos distintos Estados, o fortalecimento de suas respectivas sociedades civis, o aprofundamento da cooperação e desenvolvimento científico e tecnológico, além de reproduzir a ordem imperial e colonial num contexto da emergência da Segunda Revolução Industrial. Seriam exemplares das organizações identificadas com tal perspectiva a União Telegráfica Internacional (1865), a União Postal Universal (1874) e o Escritório Internacional do Trabalho (1901), dentre muitas outras. No período em questão, não se pode ignorar também a conjugação dos interesses de algumas burguesias nacionais com remanescentes da velha nobreza do antigo regime. Tais nobres foram patrocinadores de várias conferências sobre distintos temas de cooperação técnico-científica e também de caráter diplomático (MURPHY, 1994). Um forte nacionalismo e um desenvolvimento desigual das principais potências também seriam a marca desse período, um dos pontos determinantes para o epílogo desta etapa com a emergência da Primeira Guerra Mundial e o conseqüente fim de várias organizações e componentes da governança internacional em questão (MURPHY, 1994).

No que toca ao período da Liga das Nações (1919-1945), chama a atenção a abordagem de Murphy para o liberalismo extremado que identificou boa parte das forças sociais relevantes no período. Como desdobramento disto, é notável o distanciamento da realidade por parte do modo como a Liga das Nações conduziu toda a sua atuação. Alheia inclusive em relação aos Estados-membros, que não contribuíam para a organização. Seus custos foram cobertos por doações de mecenas milionários. Ainda assim, a organização não teve recursos suficientes para seu funcionamento. Murphy também destaca a

necessidade de construir uma nova governança global mais inclusiva, na qual as organizações associadas com a Liga buscassem de certa forma equalizar os diferentes Estados como parte de uma orientação para prevenir um novo conflito de proporções mundiais. Contudo, tal imperativo não foi concretizado pela Liga.

Foi justamente essa perspectiva mais inclinada a uma orientação de cunho mais keynesiano que marcou todo o sistema de organizações (UNCTAD, UNICEF, etc.) associado à ONU desde 1945 até os anos 1970. Com um vínculo mais efetivo com os Estados, a ONU teve atuação relevante na busca de resolução de conflitos e no financiamento, em alguns casos, de programas de desenvolvimento em países tercermundistas, ainda que isto tenha corroborado políticas de governos de orientação populista. Marcou o período em questão, assim como o das uniões internacionais, um caráter mais coercitivo¹. Tal ponto foi ausente no interregno da Liga das Nações. Evidentemente que as organizações associadas à ONU atuaram na perspectiva de fortalecer a hegemonia norte-americana. Como parte disto, organizações como o FMI (Fundo Monetário Internacional) direcionaram principalmente no fim da Guerra Fria políticas liberais no Terceiro Mundo e no Leste Europeu que resultaram em crises que reforçaram tal quadro hegemônico (MURPHY, 1994).

Ainda que se aponte as virtudes e méritos do livro de Murphy, não se pode omitir suas vicissitudes. Cite-se apenas algumas, dentre várias omitidas aqui em função dos limites de espaço.

O livro é marcado por um preocupante ecletismo que vê várias compatibilidades entre o ideário liberal de Adam Smith e as formulações de Marx sem maior argumentação ou referência a autores que sustentem tal relação. O marxista Antonio Gramsci é apontado como autor que combina idéias realistas, marxistas e liberais, proporcionando uma visão mais completa do plano internacional do que a perspectiva liberal. Novamente neste caso, Murphy carece de argumentação e fontes. Valendo-se de edições mutiladas do pensamento de Gramsci e não da completa edição crítica de seu opus carcerário (GRAMSCI, 1975), Murphy vai além e identifica o conceito de uma sociedade civil internacional na obra do comunista italiano. Murphy associa o conceito mencionado às organizações internacionais e todo o seu aparato. Tal conceito não existe na obra gramsciana. Até porque a sociedade civil conforme Gramsci conforma uma

unidade orgânica entre Estado e sociedade civil. No plano internacional, isto teria como desdobramento um Estado mundial. A perspectiva metodológica gramsciana de tradução+(re)significação não mecânica) da categoria de sociedade civil para outras especificidades históricas e culturais sequer é cogitada neste caso. Em conjunto com a perspectiva gramsciana, Murphy vê o quadro internacional como anárquico+. Ou seja, desenha um quadro competitivo e anti-social do além-fronteiras em perspectiva hobbesiana, ignorando a interpretação histórico-social de Gramsci derivada de Marx que é incompatível com o pressuposto ahistórico de uma inerente natureza humana e dos Estados de cunho egoísta e ambicioso.

Ecletismo à parte, deve ser registrado que alguns conceitos aparecem e não são sequer explicados em notas de rodapé. A título de exemplificação, mencione-se o raciocínio econômico do feito Owen+, mostrando certa despreocupação com o leitor leigo.

A questão das fontes é outro ponto preocupante do ecletismo de Murphy. Usar fontes conceitualmente divergentes não é um problema a priori. O cerne está na justificativa e no modo como se trabalha tais conceitos e fontes de modo que não se tornem incompatíveis. Por outras palavras, que tais fontes não entrem em choque dentro de uma mesma linha de argumento. O ecletismo consiste no uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados+ (OLIVEIRA, 1995, p. 263). Ou ainda, que abordem conceitos e categorias divergentes entre si como se fossem parte do mesmo problema ou da mesma formulação.

A filiação de Murphy à teoria crítica das relações internacionais (COX, 1981) é anunciada no livro. Assim sendo, deveria ser adotado o princípio da historicidade do tratamento dos vários assuntos que compõem o temário internacional. Todavia, o que se vê no apêndice metodológico do livro de Murphy é tributário de um procedimento que contraria a anunciada historicidade no tratamento das fontes. Murphy simplesmente efetua uma contabilidade de fontes disponíveis sobre determinadas organizações internacionais para identificar as instituições e respectivas variáveis relevantes a serem abordadas. Como compatibilizar fontes disponíveis como uma totalidade histórica e de variáveis defendida pelo pioneiro da teoria crítica nas relações internacionais, Robert W. Cox? Tal

questão passa ao largo do livro de Murphy. Isto denota haver muito ainda a avançar na compatibilização teórico-prática-metodológica no âmbito dos estudos críticos e gramscianos em Relações Internacionais. O livro de Murphy é exemplar de tais desafios a serem enfrentados pelos teóricos críticos e estudiosos de Antonio Gramsci ●

¹ Murphy usa metaforicamente a figura do panóptico de modo ampliado para explicar tal caráter coercitivo do sistema internacional e da governança internacional. O panóptico foi um mecanismo projetado pelo filósofo Jeremy Bentham (1748-1832) para controle das prisões. Ele consistia na localização privilegiada do vigilante, que possuía visão centralizada sobre todas as celas. Nas celas, seus ocupantes não tinham visão do todo nem podiam perceber se o vigilante se encontrava em seu lugar de observação. Isto sempre passava a sensação de haver alguém vigiando mesmo que isto não ocorresse de fato. Gradativamente, o panóptico foi amplamente incorporado na arquitetura e nos projetos urbanísticos das cidades até os dias atuais. O panóptico apareceu nas análises de Michel Foucault para explicar parte das questões %microscópicas+ de controle no interior das sociedades. Ver a respeito FOUCAULT, 2001.

Referências:

AUGELLI, E. & MURPHY, C.: Gramsci e as relações internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no Terceiro Mundo. In: GILL, S. (org.): *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 201-226.

BARKIN, J. S.: *International Organization: Theories and Institutions*, New York: Palgrave Macmillan, 2006.

COX, R. W.: *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*, In: *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 10, No. 2, p. 126-155, 1981.

FOUCAULT, M.: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GILL, S. (org.): *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GRAMSCI, A.: *Quaderni del Carcere*, Torino: Einaudi, 1975.

HERZ, M. & HOFFMANN, A. R.: *Organizações Internacionais: história e práticas*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MURPHY, C. N.: *International Organization and Industrial Change: Global Governance since 1850*, Cambridge: Polity Press, 1994.

OLIVEIRA FILHO, J. J.: *Patologias e regras metodológicas*, In: *Estudos Avançados*, 9 (23), p. 263-268, 1995.

SEITENFUS, R.: *Manual das organizações internacionais*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

*** Professor Assistente Doutor I da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília. Coordenador do grupo interinstitucional de pesquisa I Marxismo e Pensamento Político I do Centro de Estudos Marxistas-UNICAMP e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp.**

- Números anteriores das publicações do Curso de Economia – Informe Econômico e Texto de Discussão –, bem como informações sobre o referido Curso, encontram-se no site da UFPI, na página do DECON: www.ufpi.br/economia.
- Os artigos foram revisados, respeitando-se o estilo individual da linguagem literária dos autores, conforme a 5.ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009), aprovado pela Academia Brasileira de Letras.
- Esta publicação possui classificação *Qualis*, sistema de avaliação CAPES, nas áreas: Economia, Interdisciplinar, História, Serviço Social, Filosofia, Ciência Política e Relações Internacionais, Ciências Ambientais, Sociologia e Geografia. Mais informações: WebQualis.

Expediente

INFORME ECONÔMICO

Ano 14 – n. 29 – abr. 2013 **Reitor UFPI**: Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Diretor CCHL: Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos

Chefe DECON: Prof. Ms. Janaina Martins Vasconcelos

Coord. Curso Economia: Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade

Editor-chefe: Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima (s.olima@bol.com.br)

Editores-assistentes: Economista Esp. Enóisa Veras (enoisa@hotmail.com)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira/UFC, Prof. Dr. Alvaro Bianchi/Unicamp, Prof. Dr. Antônio Carlos de Andrade/UFPI, Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri/Unicamp, Prof. Esp. Luis Carlos Rodrigues Cruz Puskas/UFPI, Prof. Dr. Luizir Oliveira/UFPI, Prof. Dr. Marcos Del Roio/UNESP, Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires/UNESP, Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos/UNESP, Prof. doutorando Samuel Costa Filho/UFPI, Prof. Dr. Soconro Lira/UFPI, Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima/UFPI, Prof. Dr. Vitor de Athayde Couto/UFBA, Prof. Dr. Wilson Cano/Unicamp, Economista Ms. Zilneide O. Ferreira.

Revisão: Zilneide O. Ferreira e João Paulo Santos Mourão

Projeto gráfico: Neulza Bangoim

Jornalista responsável: Prof. Dr. Laerte Magalhães/DCS-UFPI

Endereço para correspondência: Universidade Federal do Piauí-CCHL-DECON-Campus Ininga
Teresina-PI CEP: 64.049-550 Fone: (86)3215-5788/5789/5790 – Fax: (86)3215-5697

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica-UFPI

Parceria: Conselho Regional de Economia 22ª Região-PI

Site DECON: <http://www.ufpi.br/economia>.

